

cadernos  
**IHU**  
ideias

**Da magnitude e ambivalência  
à necessária humanização  
da tecnociência segundo  
Hans Jonas**

Jelson Roberto de Oliveira



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

**Da magnitude e ambivalência  
à necessária humanização  
da tecnociência segundo  
Hans Jonas**

Jelson Roberto de Oliveira

ano 10 • nº 176 • 2012 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU ideias**

Ano 10 – Nº 176 – 2012

ISSN: 1679-0316

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

*Responsável técnico*

Marcelo Leandro dos Santos

*Revisão*

Isaque Gomes Correa

*Editoração*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos – IHU*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)**

# DA MAGNITUDE E AMBIVALÊNCIA À NECESSÁRIA HUMANIZAÇÃO DA TECNOCIÊNCIA SEGUNDO HÂNS JONAS

*Jelson Roberto de Oliveira*

## **Introdução**

Há uma mudança significativa diagnosticada por Jonas no cenário tecnológico moderno, cujo avesso não é apenas um risco, mas infelizmente, já faz tempo, também uma deformação e um dano cumulativo e irreversível cujas consequências se alastram sobre o destino humano não apenas no âmbito material de suas elucubrações técnicas, mas provoca alterações decisivas no sistema de valores, não raro invertendo de forma espantosa as exigências éticas que coordenam a aplicação prática das noções de bem e mal.

De um lado o poder técnico amplia geográfica e temporalmente os efeitos e os resultados da ação, ou seja, o poder ampliado da ação humana emite sinais de magnitude não delimitável no espaço e no tempo, vindo a atingir e a reconfigurar o futuro como ocasião de possibilidades e abertura hipotética formulada desde o presente na forma da antecipação. De outro, a técnica torna-se uma experiência marcada pela ambiguidade, posto que a magnitude, por ampliar o poder, também alarga o descontrole (consequentemente também o risco e a ameaça), de tal forma que se torna impossível medir de forma satisfatória o bem e o mal das ações no que tange às suas consequências. Em outras palavras, mesmo que do ponto de vista causal (quanto à procedência ou à intenção) a ação seja guiada pela ideia de bem (seja bem intencionada), não há garantias de que isso se mantenha quanto à extensão dos seus efeitos futuros, que permanecem ambíguos. Se somarmos a essa ambiguidade a questão da magnitude, é fácil detectar a gravidade: ao tamanho do poder é somado o tamanho do risco, e o saldo dessa equação deveria, por si mesmo, impedir a aposta. No fim, “tor-namo-nos mais perigosos para a natureza do que ela jamais foi

em relação a nós” (CPF, p. 123)<sup>1</sup>. O que o pensamento de Jonas evidencia é que “nós mesmos somos o perigo que agora nos rodeia” (CPF, p. 123) e a pergunta central de sua filosofia passa a se constituir como tentativa ética de neutralização desse perigo. Porque talvez com Heidegger e com Hölderling, Jonas também acredite que “onde mora o perigo é lá que também cresce o que salva” (HEIDEGGER, 2008, p. 31).

### **A ética ainda pode medir a ação técnica em termos de bem e mal? Magnitude e ambivalência**

Os dois primeiros capítulos do texto *Técnica, medicina e ética*, publicado em 1985, enfrenta, de começo, duas perguntas fulcrais do projeto jonasiano de uma filosofia da tecnologia: “por que a técnica moderna é objeto da filosofia?” e “por que a técnica moderna é objeto da ética?”. Note-se que a formulação das duas questões está intimamente ligada à proposta desta obra, que se pretende não uma fundamentação do princípio responsabilidade (algo já realizado no texto homônimo de 1979), mas uma aplicação desse princípio ao âmbito da tecnobiociência, aquele que, segundo Jonas, mais enfrenta os desafios da articulação entre técnica e ética, posto que nele temas como liberdade de investigação, progresso científico, experimentos com seres humanos, tecnologia genética, redefinição pragmática do que é morte em termos de um requisitado direito de morrer e, sobretudo, o novo papel do homem como criador da vida – são prementes.

Como proposta de uma ética para a técnica, o princípio responsabilidade, tanto do ponto de vista de sua fundamentação como de sua aplicação, parte do diagnóstico de que a técnica moderna traz consigo uma situação peculiar e distintiva, cenário para o qual as éticas tradicionais tornaram-se insuficientes. Jonas entende que a civilização técnica é uma “criação do espírito ocidental” (conforme se lê numa entrevista de 1981 ao teólogo D. Rössler),<sup>2</sup> mas estaria reduzida, em termos de formulação, a um pequeno rincão do mundo (a Europa ocidental e central) que acabou por dirigir o destino mundial. A técnica tem,

---

1 Nesse artigo usaremos as seguintes siglas correspondentes às obras de Hans Jonas: PR (Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica); PV (O princípio Vida: fundamentos para uma biologia filosófica); TME (Técnica, medicina e ética), CPF (Mais perto do perverso fim e outros diálogos e ensaios). À sigla será acrescido sempre o número de página referente à edição constante nas referências do presente trabalho.

2 O texto foi traduzido como apêndice à tradução espanhola de *Técnica, medicina e ética*, às páginas 175-193 e faz parte do livro *Möglichkeiten und Grenzen der technischen Kultur* (edição a cargo de D. Rössler e E. Lindenlonb, Stuttgart, Nova Iorque, Schattauer, 1982, Col. Symposia Medica Hoeschst, 17), recolhendo debates da “Mesa redonda com Hans Jonas”, durante o Simpósio realizado no Hotel Schloss Fuschl, Áustria, entre os dias 7 e 10 de maio de 1981.

portanto, uma faceta ativa nas mãos daqueles que podem e que fazem uso dela; e uma faceta passiva, naqueles que “sofrem as repercussões desta ação” (JONAS, 1997, p. 176), beneficiando-se de suas bênçãos ou padecendo com suas maldições. Nesse debate, o filósofo deixa claro que uma das preocupações centrais quando se trata da técnica moderna (e estaria aí a sua especificidade) é o volume do seu poder e o ampliado potencial de seu fazer. Para Jonas, o poder da técnica moderna está intimamente ligado ao seu fazer e produzir e é essa união que lhe doa novas dimensões espaço-temporais, novos conteúdos e formas quantitativa e qualitativamente significativas.

Trata-se de pensar, então, dois conceitos associados por Jonas a essa mudança no cenário técnico moderno: o conceito de magnitude e o conceito de ambivalência. Depois de ter analisado a dinâmica formal da técnica (dinâmica esta que dá à técnica a exata definição de uma “tecnologia”)<sup>3</sup> e o seu conteúdo substancial, Jonas mostra que falta a ela um conteúdo ético. É essa falta, portanto, que legitima a resposta à segunda pergunta, sobre o interesse ético que se liga à técnica. Aparecem então cinco questões principais em torno das quais os conceitos de magnitude e de ambivalência se articulam: a ambivalência quanto aos efeitos da técnica; a automaticidade de sua aplicação; as dimensões globais de espaço e tempo; a ruptura com o antropocentrismo; e a aproximação do problema metafísico.

Depois de realizar uma explicação que ele chamou de “descritiva” da técnica, pela qual ele almejou “obter analiticamente” alguns aspectos que explicam a “dignidade filosófica” do problema (TME, p. 15), ao qual foi acrescentada uma explicação causal, Jonas começa afirmando que a ética se interessa pela técnica justamente em sua nova dimensão enquanto *poder* humano. Ora, como *poder* a técnica é uma forma de atuação e enquanto tal exige um exame moral porque representa um caso novo dessa atuação. Se entendermos a ética, *grosso modo*, como a ciência do agir, o problema trazido pela técnica tem a ver com a nova extensão quantitativa e qualitativa desse agir, tanto no que diz respeito a suas intencionalidades como no que diz respeito a suas consequências.

O primeiro ponto analisado por Jonas está ligado à **ambivalência dos efeitos** da técnica. Ele parte da afirmação de

3 Malgrado use os termos quase sempre como sinônimos, é importante notar que no primeiro capítulo de *Técnica, medicina e ética* Jonas faz uma distinção entre técnica e tecnologia, quando ele distingue a dinâmica formal e o conteúdo substancial da técnica e escreve: “começaremos, pois, fazendo ainda completa abstração dos avanços concretos da técnica, por algumas observações sobre sua forma como totalidade abstrata de movimento, que sem dúvida se pode chamar ‘tecnologia’” (TME, p. 16). E acrescenta: “Há uma diferença principal, a indicada na palavra ‘tecnologia’, pela qual a técnica moderna é uma empresa e um processo, enquanto a anterior é uma possessão e um estado” (TME, p. 16). Jonas deixa claro, portanto, que a *tecnologia* é uma forma de apresentação da *técnica* moderna.

que toda capacidade (ou seja, todo poder) “como tal” e “em si” é bom e poderíamos considerar mal apenas o seu abuso. Ora, essa distinção entre o uso bom e o uso mau dos poderes humanos tem sido tradicionalmente a tarefa central da ética. Agora, entretanto, essa tarefa ganha uma nova configuração: não se trata apenas de medir o que é bom e o que é mau, mas de perguntar sobre a capacidade dessa avaliação: pode a ética ainda medir as consequências das ações como no passado? Dada a escala do novo poder da técnica, Jonas acredita que a ética perdeu essa competência e não pode mais distinguir esses dois âmbitos morais, posto que no cenário tecnológico moderno qualquer uso do poder chega a efeitos maus de forma inseparável dos bons. Para Jonas:

Não só quando se abusa da técnica com má vontade, quer dizer, com fins maus, mas também quando se emprega a boa vontade para fins próprios altamente legítimos, tem um lado ameaçador que poderia ter a última palavra a longo prazo. E o longo prazo está de alguma forma incerto na ação técnica (TME, p. 34).

A tarefa da ética além de redefinida do ponto de vista do seu alcance é também redimensionada do ponto de vista de sua especificidade. Dela não se espera apenas uma avaliação das intenções que mobilizaram os atos, mas um exame das implicações últimas desses atos. Porém, essa apreciação das consequências tem uma perspectiva diferente daquela encontrada no campo das éticas consequencialistas: agora a ética não apenas examina o que adveio como decorrência e resultados das ações a fim de julgá-las, mas precisa conter em si, sobretudo a capacidade de previsão dessas ações, a fim de evitá-las. Trata-se de uma tarefa prognóstica e profilática que faz ver que a técnica, por não ter neutralidade ética, não pode apostar cegamente ou arriscar um *laisser aller* das ações. O mau está presente no risco da ação (mesmo naquela ação dirigida pelo bem) porque o “longo prazo” dos efeitos que acompanha hoje o “grande poder” da técnica, faz com que as consequências perdurem de forma incerta. A incerteza significa risco e, dada a magnitude do poder, o risco do mal está sempre presente nas circunstâncias, mesmo aquelas que se originam da boa intenção e seus efeitos, de tão efetivos e ameaçadores, pela mera previsão, deveriam interditar a ação. Eis o papel para o qual a ética se dirige pelas mãos de Jonas e para o seu bom exercício ela não pode prescindir dos saberes advindos das várias áreas do conhecimento humano.

Se a ameaça do mal está no risco, é verdade também que “o risco está mais no êxito do que no fracasso” (TME, p. 34) das ações humanas, pois quanto mais sucesso obtém a técnica no que tange às suas intenções, mais se ampliam as potencialidades negativas de sua intervenção. Jonas faz ver como

muitas vezes a ferramenta é previamente avaliada e moralmente evitada como *má* e, como tal, facilmente abandonada, mas aquela avaliada como *boa*, não. Essa geralmente é usada sem maiores implicâncias. Nos modelos tradicionais o arado é bom e seu uso é facultado como benéfico enquanto a espada, como ferramenta, é má e seu uso impedido como maléfico. O mesmo pode ser dito da bomba atômica e da energia nuclear (cf. TME). O que Jonas quer destacar é que mesmo as bênçãos aparentes correm o risco de se tornarem maldições quando pensadas sob o âmbito da ambivalência ética da técnica. Por isso o autor afirma que “uma apropriada ética da técnica tem que entender esta multivalência interior da ação técnica” (TME, p. 34). Eis a nova e vasta tarefa da ética contemporânea.

O segundo ponto tratado por Jonas diz respeito à **automaticidade da aplicação** da técnica moderna e isso significa que, ao contrário do que ocorrera no passado, quando a posse do poder ainda não significava seu uso, ou seja, era possível deixá-lo em reserva, como algo disponível, pois havia uma separação entre o poder e fazer, entre o saber e o aplicar, o possuir e o exercitar; na sociedade moderna isso não ocorre mais devido ao esforço constante de “atualização” que configura a vida moderna. Agora, a sociedade mesmo pode ser definida por essa busca de êxitos constantes que passam pelo ininterrupto “esforço por atualizar continuamente seu potencial técnico no interjogo de todas as suas peças” (TME, p. 34). Como exemplo, agora estamos no âmbito da relação entre “poder respirar e ter de respirar” (TME, p. 34), algo que é indissociável, portanto, e que garante a existência de um indivíduo, tal como a atualização técnica passa, não apenas definir, mas sobretudo a garantir a existência da sociedade moderna, na qual o poder técnico leva a uma aplicação sempre em nova e maior escala, como uma “necessidade vital permanente” (TME, p. 34). A técnica torna-se, assim, um “poder incrementado *em atividade permanente*” (TME, p. 34) no qual não há separação entre posse e exercício do poder: “a formação de novas capacidades, que se produz constantemente, passa de forma continuada em sua expansão, à corrente sanguínea da ação coletiva, da qual já não se pode separar (a não ser mediante uma substituição superior)” (TME, p. 34). Essa situação “põe diante dos olhos uma carga ética” (TME, p. 34) que confirma, mais uma vez, a importância da técnica como problema ético.

O terceiro ponto tratado por Jonas diz respeito às novas dimensões globais de espaço e tempo sobre as quais ocorre a atuação da técnica moderna. Chega-se à questão da magnitude do poder técnico, e isso significa que

a dimensão e o âmbito de atuação da moderna prática técnica em seu conjunto e em cada uma de suas empresas são de tal calibre que introduzem toda uma dimensão

adicional e nova no marco dos valores de cálculo éticos, dimensão desconhecida a todas as formas anteriores de atuação (TME, p. 35).

Essa nova dimensão parte da ideia de que toda aplicação técnica tende (como tendência) e tem de (como necessidade) crescer a “larga escala” de tal forma que “talvez seja demasiado grande para o tamanho do cenário no qual se desenvolve – a terra – e para o bem dos atores – os seres humanos” (TME, p. 35). Jonas está destacando as ameaças trazidas pelo novo poder técnico no que tange aos seus efeitos, que podem se estender de forma cumulativa pelo planeta como um todo e pelo futuro. Ou seja, diferente do que ocorria no passado, quando a ação humana estava reduzida espaço-temporalmente, hoje o que é realizado por um único indivíduo pode atingir milhões de pessoas, em outros lugares do mundo e num futuro indefinível. Pessoas que, destaca Jonas, não “têm voto a esse respeito” (TME, p. 35). Segundo ele, “hipotecamos a vida futura em troca de vantagens e necessidades de curto prazo... na maioria das vezes necessidades criadas por nós mesmos” (TME, p. 35). Mas “talvez não possamos evitar de agir assim ou de forma parecida”, argumenta o autor. Ou seja, talvez não tenhamos mesmo outro modo de ser no mundo atual. Mas essa visão fatalista não deveria impedir que as gerações do futuro pudessem ainda pagar essa nossa aposta. Nas palavras de Jonas: “se este é o caso, então temos de fazê-lo jogando limpo com nossos descendentes: ou seja, de tal forma que suas possibilidades de liquidar a hipoteca não estejam comprometidas de antemão” (TME, p. 35).

Há um novo ponto de partida para o pensamento ético que se evidencia na inserção de outras dimensões globais e futuras e que exigem também uma inovação no campo ético. Essa inovação, segundo o autor, se traduz no princípio responsabilidade, categoria ética exigida pelo poder. A responsabilidade é o “novo capítulo da história da ética” (TME, p. 35) porque “as exigências à responsabilidade crescem proporcionalmente aos atos do *poder*” (TME, p. 35), ou seja, a sua demanda nasce da nova magnitude do poder técnico.

Para Jonas, ao romper a vizinhança espaço-temporal, essa ampliação do poder rompe o monopólio *antropocêntrico* (eis o quarto elemento da argumentação jonasiana) dos sistemas éticos tradicionais, no qual sempre era do *bem* humano que se falava, ou seja, “o objeto da obrigação humana eram os homens, em caso excepcional a humanidade, e nada mais neste mundo” (TME, p. 36). Ou seja, as éticas tradicionais pensavam sempre dentro de “horizontes muito mais estreitos”, representados, geralmente, pelo dístico tradicional do “amor ao próximo”, cuja suficiência ética correspondia às demandas antropocêntricas até então formuladas.

O autor faz ver que a “recém-revelada vulnerabilidade” da natureza exige uma outra perspectiva. Não só o homem (ou a humanidade), mas agora “tudo o que tem seu fim em si mesmo, ou seja: tudo o que é vivo” (TME, p. 36) passa a reivindicar e merecer “sua cota de atenção”. De um lado, temos a exigência de uma ética que ultrapasse o âmbito intra-humano até o âmbito extra-humano. Por outro, essa exigência se ampara nas novas concepções de “dignidade” natural, advindas das pesquisas que levaram o autor a uma nova interpretação do fenômeno da vida, mormente no que diz respeito à afirmação de que todo ser vivo, desde as suas formas mais primitivas, tem uma premeditação espiritual. Essa nova perspectiva da ciência biológica repercute, portanto, no projeto ético de Jonas a ponto de exigir a ampliação da ideia de dignidade ao âmbito da vida em geral, que passa a ser alvo da responsabilidade humana.

Foi o aumento do poder que fez aparecer essa nova dimensão porque, de um lado, inclui-se a obrigação da conservação da vida em geral como parte da missão ética humana e, por outro, que dessa conservação depende também a própria vida humana, posto que “uma vida extra-humana empobrecida, uma natureza empobrecida, significa também uma vida humana empobrecida” (TME, p. 36). Entretanto, é importante notar que a inserção da natureza no âmbito ético vai além da utilidade e do ponto de vista antropocêntrico. O que Jonas nota com clareza é que o homem deve ser devolvido ao reino da natureza como uma *parte*, ou seja, “essa visão ampliada vincula o bem humano com a causa da vida em seu conjunto, [em lugar] de contrapô-lo a ela de maneira hostil, e outorga um direito próprio à vida extra-humana” (TME, p. 36). Em outras palavras, para além do interesse humano, a morte das espécies é um crime em si mesmo e evitá-la é uma obrigação humana: “torna-se uma obrigação transcendente do homem proteger o menos reconstruível, o mais insubstituível de todos os ‘recursos’: a incrivelmente rica dotação genética depositada pelas eras da evolução” (TME, p. 36).

Para Jonas, foi o excesso do poder técnico que impôs ao homem esta nova obrigação e com ele algo que antes só a religião lhe havia dado: ser administrador ou guardião da criação. Assim é que a responsabilidade do homem se torna uma responsabilidade cósmica e é a ameaça cósmica que, vergonhosamente, desperta nossa solidariedade. Aqui Jonas não simplesmente ultrapassa a formulação da responsabilidade nos termos postos n’*O princípio responsabilidade*, mas doa-lhe uma nova configuração fazendo ver que a preservação da capacidade de responsabilidade (como marca da autenticidade humana no futuro, como exercício livre e responsável de escolha sobre si mesmo) seja não apenas um dever pela sua própria existência, mas pela existência da vida em geral: “precisamente a pre-

servação dessa possibilidade, como responsabilidade cósmica, é o que significa dever de existência. Exagerando, caberia dizer que a possibilidade de que haja responsabilidade é a responsabilidade que precede a tudo” (PR, p. 174). Esse é a agora o seu “mandamento ontológico” (DÍAZ, 2007, p. 237) e a “primeira tarefa cósmica” (TME, p. 31) da filosofia.

E é justamente dessa tarefa que Jonas retira o quinto problema ético trazido pela técnica moderna: *a questão metafísica*. Para ele foi o potencial apocalíptico da técnica que colocou a questão ética em termos metafísicos: “se deve haver e por que uma humanidade, por que há de conservar-se o ser humano tal como a evolução o fez, por que há que se respeitar sua gênese genética; inclusive por que deve existir a vida” (TME, p. 37). Essas questões fazem parte de um âmbito de reflexão que só encontra guarida na – modernamente obsoleta – metafísica. Para o autor, é a resposta a essas questões que fundam as posições éticas e impediriam as apostas técnicas cujo risco afetaria a vida em geral, pois “se existir é um imperativo categórico para a humanidade, todo jogo suicida com esta existência está categoricamente proibido, e haverá de excluir de antemão os desafios técnicos nos quais remotamente seja esta a aposta” (TME, p. 37). É preciso não só pensar novas regras de conduta, mas pensar novos fundamentos para a ética. Ora, falar mesmo em fundamento é já admitir algo que a crise metafísica da filosofia contemporânea já tinha banido do âmbito filosófico. Eis o desafio deliberadamente enfrentado por Jonas e para o qual ainda resta uma análise quanto ao seu êxito.

A ética é, assim, uma espécie de medicina para a doença da técnica. Não para a doença que a técnica é, mas para a doença que ela pode conter e para aquela que ela pode provocar. Os sinais, segundo Jonas, nos mostram que estamos na zona de perigo simplesmente pelo fato de que os homens abandonaram a capacidade de impor um poder sobre o poder, ou seja, uma avaliação ética sobre a técnica. Os homens não podem simplesmente continuar como passivos súditos da técnica porque para Jonas agora “o prejuízo da liberdade humana devido à coisificação de seus próprios atos” é maior e mais efetivo do que no passado devido à magnitude e ambivalência do poder técnico. Hoje cada novo passo exige (como um poder *tirânico*) o seguinte até a posteridade que pagará a conta. A técnica “faz das nossas obras nossos donos e nos obriga inclusive a reproduzi-las” (TME, p. 39). Agora “o galope tecnológico deve ser colocado sob controle extratecnológico” porque há uma ameaça à autonomia humana “de que nos possuamos a nós mesmos e não nos deixemos possuir por nossa máquina” (TME, p. 39). Eis o mais urgente dos desafios éticos da sociedade tecnológica.

## Jonas e o projeto de humanização da técnica

Jonas<sup>4</sup> afirma a necessidade de que se estabeleça um processo que possibilite uma formulação hipotética o mais aproximado possível em termos de previsão futura desses riscos. Obviamente o autor está também ciente de que essa hipótese permanece no âmbito da *possibilidade* (e não do fatalismo ou mesmo de uma certeza absoluta) e que com ela a ética deve envolver-se em sua tarefa de modificar as intervenções do presente com vistas à alteração da hipótese em sua efetividade futura. A predição, assim, se torna “um fator de seu cumprimento ou refutação” (TME, p. 41) e fica a cargo dos homens do presente realizar ou não a hipótese anunciada ou a possibilidade prognosticada.

É frente a esse cenário que o pensamento ético precisa reagir como um *poder sobre o poder*, ou seja, como um pensamento analítico sobre a técnica, de forma a se utilizar, inclusive, dos seus mecanismos para projetar de uma forma mais aproximada possível a hipótese, a fim de que o prognóstico futuro sirva de estímulo ou de advertência para a ação do presente, guardando em boa condição mesmo, a possibilidade do equívoco, já que a previsão negativa se beneficiaria do imprevisto favorável, ou seja, seria adequado que o pressagiado não se cumprisse. Jonas chega mesmo a afirmar que essa capacidade de projeção do futuro em longo prazo, hipotética, mas também cientificamente fundada, seria “o primeiro novo valor a ser exercitado hoje para o mundo de amanhã” (TME, p. 42). Essa tarefa está resumida no conceito de “futurologia comparativa” (PR, p. 70), amplamente debatido pelo autor.

A entrada do futuro no campo ético traz inúmeras consequências para o pensamento dos valores e sua validade temporal. Partindo do ponto de vista de que os valores “são ideias do bem, correto e perseguível, que saem ao encontro dos nossos instintos e desejos, com os quais bem poderiam conciliar-se” (TME, p. 42), Jonas explicita o fato de que os valores são expressos na forma de costumes, moralidade e direito, que correspondem a demandas espaço-temporais delimitadas. O mundo contemporâneo, para o autor, vive não apenas uma dissolução dos costumes como resultado de uma “ostentosa inobservância” que se mistura a uma “ousadia emancipatória” (TME, p. 44) que, muitas vezes, recusa de forma despuddorada a convenção e o cumprimento de regras. Deve-se notar, sobretudo, o próprio “envelhecimento” de determinados valores, dada a sua insuficiência ou mesmo sua ineficácia. Valores e virtudes, como são sempre respostas emergenciais às demandas próprias de

---

4 Analisaremos, a partir de agora, o texto *No umbral do futuro: valores de ontem e valores para amanhã*, que forma o terceiro capítulo de *Técnica, medicina e ética* (p. 41-54).

determinadas épocas, ligam-se a motivos e circunstâncias que podem simplesmente mudar ou desaparecer. “Os valores mesmos são intransformáveis” (TME, p. 47), mas os seus usos e exigências variam.

O que o cenário tecnocientífico traz consigo é a demanda por novos valores e, também, perante a oferta de novas e mais ameaçadoras circunstâncias, um testemunho da ineficácia dos valores tradicionais. A crise, portanto, da ética na contemporaneidade, segundo Jonas, não estaria ligada à dissolução dos valores enquanto tais,<sup>5</sup> mas à sua não aderência às exigências do novo tempo, principalmente quanto aos desafios da magnitude e da ambivalência da técnica.

Tanto a promessa utópica da técnica como o seu potencial apocalíptico tem como consequência danosa o esvaziamento dos valores tradicionais, porque o novo cenário, justamente pela novidade de suas características e pela dimensão ampliada de seus riscos, não foi enfrentado por nenhum sistema ético do passado. Jonas dá dois exemplos a esse respeito: a beneficência e a bravura bélica ou heroísmo individual. Duas virtudes, aliás, que resumem as duas correntes éticas principais do Ocidente, já que a beneficência é o valor fundante da ética judaico-cristã e a coragem heroica uma das bases da ética grega. Ambos os valores que obtiveram repercussão considerável em quase todos os modelos éticos ocidentais.

A beneficência é entendida pelo filósofo como a exigência de compadecimento efetivo com a dor de outrem, através de uma atitude que contribua para o alívio da miséria alheia. No judaísmo tratava-se de um mandato para todos e no cristianismo, sob o título de caridade ou amor ao próximo, a beneficência torna-se uma das virtudes cardeais, como uma espécie de “obrigação honorária do feliz em relação ao desgraçado” (TME, p. 46). A capacidade dessa atitude compassiva era considerada “um adorno da alma na imagem do homem, cuja falta ninguém gostava de confessar” (TME, p. 46). Tratava-se de virtudes a um tempo personalíssimas e socialmente meritórias. No Estado moderno essas atitudes de benevolência, compaixão e caridade foram subtraídas desse âmbito e “transferidas ao sistema público de bem-estar. A ajuda voluntária foi substituída por um imposto, a iniciativa privada pela instituição oficial... e, por parte do receptor, a esperança na correspondente caridade pelo direito a serviços permanentes publicamente garantidos” (TME, p. 46). Jonas saúda esse processo e afirma ser um exemplo de como o progresso público, com sua “objetivação das funções, supera de certo modo o papel da ética individual” (TME, p. 46). Entretanto, o autor não deixa de notar que, na medida em que o Estado assume as obras de *misericórdia*, então esse valor se

5 Para o autor o “envelhecimento” de certos valores ao longo do tempo não tem nada a ver com a tão traída e aceita tese da relatividade dos valores” (TME, p. 47).

enfraquece nas práticas pessoais (ainda que as situações nas quais elas são necessárias permanecem evidentes). Contando ainda com os avanços técnicos que objetivam minimizar as situações nas quais a misericórdia é necessária, as sociedades do futuro tendem a ver diminuída também a emergência desse valor, o que conduz ao seu “envelhecimento” (TME, p. 47).

O segundo exemplo explorado por Jonas diz respeito à bravura bélica, considerada como uma virtude oposta à compaixão e à beneficência. Frente aos avanços da técnica bélica, toda guerra passa a ser necessariamente evitada e com isso também envelhece o valor do heroísmo que a acompanhava: “a bravura pessoal terá pouco que fazer frente ao decisivo poder da técnica impessoal” (TME, p. 47). Trata-se, pois, de um valor obsoleto em duplo sentido: primeiro porque “a humanidade já não pode permitir-se a ocasião para a sua atualização e de que, inclusive se o fizesse, a ocasião para ele resulta remota” (TME, p. 47). Ainda que determinadas ocasiões de cunho civil ainda oportunizem a prática desse valor, não se trata mais de situações “organizadas voluntariamente” (TME, p. 47).

Como intransformáveis em si mesmos, os valores não se desgastam, apenas se alteram no âmbito das emergências. Aliás, o próprio anseio social dos valores tem intrínseco em seu movimento a necessidade de que eles se desatualizem, já que existem em função do melhoramento ou superação de determinadas situações de dor e sofrimento. Eliminar essas situações é também eliminar a necessidade desses valores. Todas as virtudes aspiram por uma realidade tal que elas se tornem supérfluas. Jonas considera esse o foco central da discussão sobre a crise dos valores: abre-se agora um novo tipo de obrigação que se torna o fundamento principal da atitude ética, qual seja, um tipo de obrigação profilática que preveja as ameaças e seja capaz de evitar que as situações de emergência se efetivem. Isso explica porque, como afirmamos acima, o autor elege a capacidade de projeção futura como o mais novo e o mais importante dos valores da civilização tecnológica, levando em conta a magnitude e a ambivalência do poder tecnocientífico. Essa virtude, como logo se conclui, não se reduz ao âmbito individual, malgrado continue nele implícito. Trata-se de uma empresa global, suprapessoal, pública e por isso mesmo política.

A pergunta sobre que valores são necessários nas situações de emergência de nossos tempos leva Jonas à afirmação da necessidade de “máxima informação sobre as consequências de nosso agir coletivo” (TME, p. 47). O autor destaca a palavra “máxima” por pretender incluir nessa previsão futura “a cientificidade da dedução somada à viveza da imaginação” (TME, p. 47). Tratar-se-ia, portanto, de qualificar científica e hipoteticamente o diagnóstico a fim de fomentar e determinar mudanças de conduta de forma eficaz. É preciso pensar as consequências

das ações em longo prazo de tal forma que a humanidade não esteja mais autorizada nem a procrastinar as evidências, nem a se apoiar nas experiências do passado (que nada tem a ensinar sobre o novo cenário) e nem sequer deixar que o futuro encontre a seu modo as soluções para suas demandas. Essa é a grande novidade do cenário tecnocientífico trazido pela magnitude e pela ambivalência do poder:

A magnitude causal das empresas humanas cresceu incomensuravelmente sob o signo da técnica; o carente de procedimento se converteu em regra e a analogia com a experiência anterior deixou de ser competente; os efeitos [em] longo prazo são calculáveis, mas também contraditórios; já não se pode construir sobre as forças regeneradoras do conjunto que nossa ação arrasta consigo; já não se pode supor as pessoas do futuro como situadas em similar situação de partida. Com a grande técnica nos direcionamos para a frase de que o mundo de amanhã *não* será similar ao de ontem (TME, p. 48).

O conhecimento prévio como capacidade de antevisão dos impactos negativos da ação do presente aparece como virtude emergencial desse novo cenário, e sua tarefa é alcançá-la em extensão até onde o poder se expandiu. Trata-se de uma nova forma de articulação entre saber e poder, no qual do saber se exige uma superação do fazer. A futurologia amparada cientificamente se apresenta como uma nova perspectiva de saber, no qual a ciência ressignifica sua tarefa e rompe com as amarras que lhe reduziram ao mero âmbito do fazer. A nova tarefa da tecnociência não é mais apenas uma tarefa técnica, mas uma tarefa ética, já que agora a ética elege como seu valor primeiro a capacidade preventiva. A futurologia torna-se a ocupação da ciência e esse é seu valor para o mundo de amanhã. Agora, esse modo de fazer ciência “não serve, como as ciências naturais, nas quais se apoia, para aumentar nosso poder, senão para vigiá-lo e protegê-lo de si mesmo, em última instância, para obter poder sobre o poder antes surgido das ciências naturais” (TME, p. 48).

O próprio método dessa nova tarefa tecnocientífica é renovado: ele precisa amparar aquilo que mostra como possível ou como provável, numa “visão que produza em nós o *sentimento* adequado que move a ação” (TME, p. 48). Jonas fala então de duas novidades no campo da ciência, antes inaceitáveis: primeiro a sua conexão com essa capacidade imaginativa e visionária do ser humano (que inclui os relatos literários dos romances antiutópicos e os filmes de ficção científica) e, segundo, a necessidade de que seja despertado um sentimento. Ambos os elementos não dizem respeito mais a um modo de fazer ciência racionalmente linear, mas a um método que incluía elementos filosófico-artístico-subjetivos. Esse processo deveria “humanizar

os conhecimentos científico-técnicos” até alcançar uma fusão com “um conhecimento do ser humano” (TME, p. 48). Em outras palavras, trata-se de vislumbrar o rompimento de outro dualismo – entre tantos enfrentados pelo autor em sua obra: aquele que separou a ciência da natureza (sobre a qual a técnica se fundamentou) da ciência humana.

Outro detalhe quanto ao novo modo de proceder tecnocientífico, diz respeito à capacidade de lidar com o equívoco do diagnóstico. Ao contrário do modo tradicional, segundo o qual a previsão deveria se aproximar ao máximo da verdade no sentido de que se cumprisse, nesse novo método o erro é desejado e mesmo deve ser buscado. O equívoco quanto ao prognóstico negativo torna-se um benefício desse prognóstico. Se isso pode representar algo incoerente do ponto de vista epistemológico, tem total legitimidade quando se trata do desafio ético apontado pelo autor d’O *princípio responsabilidade*.

Jonas chega, por essa via, à afirmação do sentimento de *temor* como parte dessa nova tarefa tecnocientífica. É pelo *temor*, enquanto sentimento, que ele acredita ser possível alterar no agora as condutas do ser humano com o fim de evitar o prognóstico negativo. Assim, formula-se a tese da heurística do temor: a preferência pelo prognóstico negativo (enquanto uma visão futurista desastrosa) despertaria, segundo o autor, um sentimento de *temor* capaz de alterar as ações e redirecionar as condutas a fim de evitar o pior. Como valor emergencial, o temor não pode mais ser considerado uma “debilidade dos medrosos”, mas, justamente o contrário, deveria ser cotejado como obrigação ética. É preciso aprender com o temor – um “temor de novo cunho” (TME, p. 48), cuja expressão não é uma paralisia da ação, mas uma obrigação e mesmo um exercício diário de responsabilidade por evitar o que se imagina com a mais fecunda fantasia. O temor, assim, conduziria à responsabilidade e esta converteria aquele em tarefa cotidiana.

O temor dirigiria para a cautela e teria o poder de evitar o risco e a aposta que se vê potencializada em perigo dada a nova dimensão do poder da técnica. O velho lema que diz “Quem não arrisca não petisca” estaria definitivamente interdito. No lugar dele, a cautela se converte em “virtude superior, perante a qual retrocede o valor da ousadia, melhor ainda, este se transforma inclusive no valor da irresponsabilidade” (TME, p. 49). Ao lado da cautela, a taxonomia jonasiana dos valores para os novos tempos tecnocientíficos, incluem a humildade, a austeridade, a continência, a moderação, a contenção, o freio, o comedimento, a modéstia e a prudência. Todas essas virtudes remetem a uma mesma urgência: a necessidade de um recuo quanto aos objetivos, às expectativas e ao modo de vida da sociedade contemporânea frente aos riscos concretos advindos da empresa tecnocientífica. Esses novos valores – note-se bem

– são derivados da eficácia das suposições quanto ao futuro, para o qual o *temor* aparece como uma regra fundamental para o tratamento da incerteza: *in dubio pro malo*. O alto risco das apostas somado ao elevado perigo do poder exige uma superior virtude de contenção que, principalmente, tem a ver com o modo de consumo guiado pelo velho vício da “gula”:

para deter o saque, a depauperação de espécies e a contaminação do planeta que estão se desenvolvendo a toda velocidade, para prevenir um esgotamento de suas reservas, inclusive uma mudança insana no clima mundial causada pelo homem, é preciso uma nova *austeridade* em nossos hábitos de consumo (TME, p. 49).

Continência e moderação, afirma Jonas, são virtudes antigas agora ressignificadas no tempo em que a “gula” (vício no geral escrito nos catálogos das antigas éticas) ganhou um contorno civilizacional de escala desmesurada. Mas a austeridade de agora não é uma exigência de perfeição pessoal, como no passado. Agora ela se caracteriza como uma exigência para a manutenção da existência sobre a terra, sendo “uma faceta da ética da responsabilidade para com o futuro” (TME, p. 50). O cenário de agora é mais desafiador, posto que não se trata de uma austeridade em tempos de escassez, mas justamente ao contrário: num tempo de exuberante oferta de produtos e de infinitas facilidades de acesso, tempo em que a “gula” não só é convertida em virtude pessoal como é favorecida e exigida como “colaboradora necessária e meritória na marcha da moderna sociedade industrial, que proporciona ao mesmo tempo a seus membros os ingressos para desfrutá-la” (TME, p. 50). A gula como virtude no circuito da produção e consumo e como “obrigação socioeconômica” é realmente algo novo no atual cenário da civilização tecnológica e como tal ela caracteriza também um novo desafio para a austeridade.

Um ponto importante da argumentação jonasiana precisa ainda ser acrescentado: a moderação agora ou mesmo a contenção não está apenas reduzida ao âmbito do consumo. Trata-se, agora, de um freio voluntário às capacidades produtivas do homem, um freio intrínseco, portanto, à própria atividade científica e às suas promessas de progresso e de infindáveis benesses que, como vimos, trazem consigo também grandes riscos. Nas palavras de Hans Jonas, trata-se de “frear o impulso para a ação” (TME, p. 51). Se no passado a virtude estava em fazer o que podia ser feito, “superar o bom pelo melhor, acrescentar todas as capacidades, fazer cada vez mais coisas e maiores” (TME, p. 51), agora se trata de conter essa ânsia pelo progresso desde sua raiz, limitando-o em sua gênese: “Impor limites e saber mantê-los inclusive do que com razão estamos *mais orgulhosos* pode ser um valor completamente novo no mundo

de amanhã” (TME, p. 51). A virtude agora reside na capacidade de frear a aquisição do poder e não apenas no seu uso:

Quiçá tenhamos que avançar do comedimento no uso do poder, que sempre foi aconselhável, ao comedimento na aquisição do poder. Porque em todas as partes se alcançam pontos nos quais a posse do poder leva consigo a tentação quase irresistível de empregá-lo, mas as consequências de seu uso podem ser perigosas, ruinosas, quando menos, completamente imprevisíveis. Por isso, seria melhor não possuir sequer o poder aludido. Poder dizer: sim, aqui poderíamos seguir avançando, alcançar ainda mais, mas renunciamos a isso, o que muito bem pode ser uma virtude crítica no crítico jogo de azar do futuro (TME, p. 51).

Por final, a renúncia precisa ser também uma radical renúncia à *liberdade*. De um lado, porque a técnica é resultado da liberdade e “atos desta liberdade nos conduziram à situação atual. Atos desta mesma liberdade [...] decidirão acerca do futuro global que, pela primeira vez, está em [nossas] (suas) mãos” (CPF, p. 124). Para Jonas, a liberdade tem uma raiz biológica no caso dos seres humanos, ou seja, “repousa, como característica genérica, na dotação orgânica de seu corpo” (CPF, p. 124) e resulta num poder de decisão cujo começo é o interior biológico, imaginativo na forma do pensamento e inventivo na forma dos fazeres exteriores dos sentidos. Além disso, sendo ela dupla, tanto espiritual como corporal, no caso humano estende sua efetividade interior (na forma do mundo artificial) sobre o exterior (na forma do mundo natural). Ocorre que é esse movimento que fez o homem separar-se do “círculo do equilíbrio simbiótico” (CPF, p. 125) com a superioridade do uso de armas tecnocientíficas resultantes desse seu exercício livre. A liberdade, em outras palavras, ultrapassa o seu âmbito de possibilidade de contraposição à mera necessidade, e invade o âmbito da perturbação do equilíbrio, resultando no extermínio daquilo que é sua própria fonte. A liberdade inventiva da técnica levou à aquisição de uma superioridade aplicada na forma de uma vida linearmente tecnificada. A aplicabilidade técnica é entendida então como um resultado da ação livre do homem, calcada na legitimidade de seu exercício mas também na desmedida de seu perigo. O aumento do poder e do conhecimento é equivalente ao aumento da liberdade. E o aumento da liberdade é equivalente, por sua vez, ao aumento do risco e do perigo. Consequentemente, também da exigência da responsabilidade.

Chega-se ao ponto em que a responsabilidade efetiva-se como uma possibilidade de limitar a liberdade: “Quanto mais livre é a sociedade em si, ou seja, quanto menos comprometida resulte a liberdade natural das espécies através do domínio do homem sobre os homens, mais evidente e imprescindível se tor-

na nas relações interpessoais o dever da limitação voluntária” (CPF, p. 127). Quanto mais liberdade, mais responsabilidade, portanto. O poder técnico apresenta-se como uma capacidade de libertar-se dos grilhões da natureza e essa liberdade “traz consigo suas obrigações” (CPF, p. 127). A natureza moral do homem está dotada da necessidade de articular liberdade e responsabilidade a fim de evitar uma aventura ou uma aposta na qual a liberdade apareça como subproduto da irresponsabilidade ou um exagero arriscado demais para ser tolerado quando está, como é o caso agora, articulado com o poder tecnocientífico. A liberdade torna-se o problema central desse modelo de sociedade, porque ele está articulado com o poder tecnológico coletivo. Como dote biológico, a liberdade genérica do ser humano necessita de uma dosagem ética para limitar a síndrome tecnológica que ela mesma retroalimenta. Segundo Schoefs (2009, p. 95), “‘livre’ é, para Jonas, um ato de responsabilidade com o qual temos de aquiescer”.

O poder requer controle no sentido de impor limites à arbitrariedade de seu uso em sentido individual, mas também às “libertinagens já não toleráveis de um capitalismo desenfreado” (TME, p. 54), que sequestraram o valor da liberdade e o trancaram nos liames de uma pretensa liberdade de consumo. O aumento da crise atual indica o caminho da tirania<sup>6</sup> como “escapatória salvadora” (TME, p. 54) e única alternativa frente à extinção. O argumento jonasiano, bastante controverso e até mesmo portador de uma dose forte de conservadorismo, não pode esconder o seu propósito: trata-se, também aqui, de um tipo de prognóstico negativo sobre a política do amanhã, para o qual a melhor saída ainda é a autodisciplina, a qual, ao contrário de representar uma ameaça à liberdade, pode ser entendida, no fundo, como uma espécie de liberdade superior, aquela que pode impor freios à liberdade fácil e perigosa que medra desarrazoada no mundo contemporâneo. Jonas afirma que “está em nós evitar a necessidade da tirania, tomando nossas rédeas e voltando a ser estritos conosco mesmos” (TME, p. 54), transformando o sacrifício da liberdade no presente em benefício para a continuidade de seu exercício no futuro. A proposta de Jonas é clara: trata-se de uma recuperação da autodisciplina a partir de um solo cotidiano.

---

6 Jonas afirma que o “fantasma da tirania” não deve ser interpretado como uma recomendação, mas como uma advertência. No texto *Técnica, liberdade e dever*, escrito como discurso de agradecimento ao prêmio da paz concedido a ele em 1987 pelo mundo editorial alemão, ele lamenta ter sido mal interpretado, como se tivesse, com essa tese, defendido a “ditadura para solucionar nossos problemas” (CPF, p. 129). Para Schoefs (2009, p. 97), resta claro que Jonas, ainda que seja um crítico da democracia contemporânea, “não é, contudo, um defensor da tirania, ele sabe que a liberdade é um valor que não pode ser colocado em perigo”.

## Considerações finais

Encontra-se aqui o “poder sobre o poder” pretendido e exigido por Jonas para que a humanização da tecnociência: é preciso impor-lhe freios voluntários, fazer a escolha austera e dolorosa pela renúncia e pela contenção. Uma escolha que rompe a lógica da própria técnica, aquela que faz acreditar que “as feridas abertas pela técnica podem ser curadas por uma técnica ainda melhor” (TME, p. 51) e que tem sido até agora a lógica do progresso contínuo, um progresso no qual a técnica se faz autofágica porque reiteradamente dependente de si mesma. O medo dessa escolha é assustador aos arautos da tecnociência, aqueles que, frente a essa possibilidade, sentem-se como órfãos. Seus discursos alardeiam o caos num mundo que recuas-se frente aos avanços porque acreditam que só o progresso técnico contínuo pode sustentar e corrigir os efeitos negativos de seus próprios impactos. A autossuperação da técnica é sua única saída e tornou-se quase a base de toda a sua forma de interpretar a sociedade contemporânea.

Jonas não está totalmente em desacordo em relação a essa crença. Mas exige uma análise mais apurada de suas formulações e parte da perspectiva de que existem determinadas feridas que são *incuráveis* e determinados movimentos da técnica que continuam sendo nocivos, avançando infinitamente sem que se possa detê-los. Em outras palavras: há feridas que a técnica não pode curar e há mecanismos de abertura de feridas que não se pode deter.

O filósofo está ciente de que a modéstia é uma virtude com pouca capacidade de entusiasmar e também de difícil aprendido. Além do mais exige a superação da fragmentação rumo a uma humanidade mais íntegra. Fomentar esse sentimento de “uma humanidade” (como “um conjunto”) passa a ser parte da tarefa ética da responsabilidade, segundo Jonas, posto que a fragmentação em nações dificulta e torna árida e abstrata a ideia de um compromisso com a humanidade em seu conjunto: “Assim, pois, despertar, manter, inclusive *fundamentar* um sentimento da ‘humanidade’ é uma importantíssima tarefa educativa e intelectual para o mundo de amanhã” (TME, p. 52). Como causa supranacional, a humanidade passa a ser uma exigência de planificação ética no futuro e sua efetividade não pode abolir as relações particulares, mas extrapolá-las e a fim de despertar nas causas locais o sentimento do conjunto da espécie. É porque a humanidade é e *deve ser* que o saber tecnocientífico carece da humanização, ou seja, de um “renovado saber sobre a essência do homem e sua posição no universo” (TME, p. 53).

## Referências

DÍAZ, Pablo Arcas. *El principio de responsabilidad: del optimismo científico-técnico a la prudência responsable*. Tese de doutorado. Granada: 2007.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: \_\_\_\_\_. *Ensaíos e conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008. (Col. Pensamento Humano)

JONAS, Hans. *Poder o impotencia de la subjetividad*. Introd. De Illana Giner Comín. Barcelona: Paidós; I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2005.

\_\_\_\_\_. *Más cerca del perverso fin y otros diálogos y ensaios*. Trad. Y edición de Illana Giner Comín. Madrid: Cataratas, 2001. (Col. Clássicos del pensamiento crítico)

\_\_\_\_\_. *Técnica, medicina y ética*. La práctica del principio de responsabilidad. Trad. Carlos Fortea Gil. Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pensar sobre Dios y otros ensayos*. Trad. Angela Ackermann. Barcelona: Herder, 1998.

\_\_\_\_\_. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica*. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHOEFS, Virginie. *Hans Jonas: écologie et démocratie*. Paris: L'Harmattan, 2009. (Ouverture Philosophique)

## TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
- N. 04 *Errani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadié
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Prof. Dr. Thomas Kesselring* *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petherle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois”* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga-SP* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon



**Jelson Roberto de Oliveira** é professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, diretor do curso de graduação em Filosofia da mesma instituição. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1999), especialização em Sociologia Política e mestrado em História da Filosofia Moderna e Contemporânea pela (PUCPR, 2004) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar,

com pesquisa sobre a Amizade em Nietzsche. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e História da Filosofia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, moral, Nietzsche, Schopenhauer, Hans Jonas. Email: <jelsono@yahoo.com.br>.

### **Algumas publicações do autor**

OLIVEIRA, J. R. *Para uma ética da amizade em Friedrich Nietzsche*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

FALABRETTI, E.; OLIVEIRA, J. R. *Filosofia: o livro das perguntas*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

SANTOS, R.; OLIVEIRA, J. R.; ZANCANARO, L. (Org.). *Ética para a civilização tecnológica: em diálogo com Hans Jonas*. São Paulo: São Camilo, 2011.

OLIVEIRA, J. R. *A solidão como virtude moral em Nietzsche*. Curitiba: Champagnat, 2010.

FALABRETTI, E.; OLIVEIRA, J. R. *Didática da Filosofia*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

OLIVEIRA, J. R.; SANTOS, W. B. *Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental*. São Paulo: Paulus, 2008.